



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado

OFÍCIO CIRCULAR SEFAZ/SUBCONT Nº1

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Para: Ordenadores de Despesas e Unidades de Contabilidade ou equivalentes - Autarquias, Fundações e Fundos Especiais

Assunto: Emenda Constitucional nº 95/2023

Com os cordiais cumprimentos, vimos informar que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, foi recentemente alterada pela [Emenda Constitucional nº 95/2023](#), a qual prevê, em seus artigos 212-A e 212-B, que:

"Art. 212-A O superávit financeiro, por fonte de recursos, dos fundos estaduais e especiais, das autarquias e das fundações estaduais, apurado ao final de cada exercício financeiro será transferido ao Tesouro estadual, de forma desvinculada. Parágrafo único - Excetuam-se da transferência ao Tesouro de que trata o caput deste artigo: I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; II – receitas de contribuições previdenciárias; III – receitas de contribuições dos servidores para assistência à saúde; IV – receitas que pertencem aos Municípios ou à União; V – demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; VI – recursos de convênios, acordos judiciais, e ajustes com Ministério Público e Tribunal de Contas, bem como operações de crédito, quando houver; VII - recursos públicos provenientes da exploração do petróleo e do gás natural, com a finalidade de constituir uma poupança pública para gerações futuras; VIII - fundos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, Defensoria Pública e da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro; IX - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, instituído pela Lei n.º 4.962, de 20 de dezembro de 2006; X - Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), instituído pela Lei n.º 1.697, de 22 de agosto de 1990; XI - Fundo para a Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, instituído pela Lei n.º 2.536, de 08 de abril de 1996; XII - Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), instituído pela Lei n.º 2.554, de 14 de maio de 1996; XIII - Fundo para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (FUPDE), instituído pela Lei n.º 2.525, de 22 de janeiro de 1996; XIV - Fundo Estadual da Cultura, instituído pela Lei n.º 2.927, de 30 de abril de 1998; XV - Fundo Estadual de Defesa Agropecuária, instituído pela Lei n.º 3.345, de 29 de dezembro de 1999; XVI - Fundo para as Ciências do Estado do RJ (FUNCIERJ), instituído pela Lei n.º 1.791, de 15 de janeiro de 1991; XVII - Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, instituído pela Lei n.º 8.332, de 29 de março de 2019; XVIII - - Recursos oriundos de doação por parte de pessoas físicas e empresas da iniciativa privada, instituído pela Lei n.º 9.809, de 22 de julho de 2022. XIX - Recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - FATEC de que trata o art. 61 da Lei Estadual n.º. 9.809, de 22 de julho de 2022. (grifo nosso)

Art. 212-B – A transferência de que trata o artigo anterior não se aplica aos recursos da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev, criada pela Lei n.º 6.243, de 21 de maio de 2012, e do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, criado pela Lei n. 3189 de 22 de fevereiro de 1999. (NR)"

Como medida complementar, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou o [Decreto nº 48.773/2023](#) que dispõe sobre a reversão do superávit dos Fundos, Autarquias e Fundações do Poder Executivo para a Conta Única do Estado. O decreto em comento determina que serão deduzidos das apurações dos superávits financeiros, nas respectivas fontes de recursos, os valores utilizados para

abertura de créditos adicionais no exercício de 2023 (§2º do art. 1º do Decreto nº 48.773/2023).

Cumpre-nos alertar que, a partir da data de promulgação da EC 95/2023, as entidades alcançadas pela norma constitucional têm o dever de fazer cumprir o mandamento constitucional. Para tanto, o [Decreto nº 49.509/2025](#), que estabelece normas complementares de programação orçamentária, financeira e contábil para o exercício de 2025, prevê que a funcionalidade de emissão de Nota de Empenho será bloqueada quando do não atendimento à Emenda Constitucional nº 95, quanto à transferência dos recursos financeiros ao Tesouro do Estado, conforme extrato a seguir:

“Art. 36 - Com o propósito de garantir a representação fidedigna e tempestiva da informação contábil, os órgãos e entidades elencadas no caput do art. 33 terão a funcionalidade de emissão de Nota de Empenho bloqueada, automaticamente, quando da não observância dos seguintes critérios: [...] VII - não atendimento à Emenda Constitucional nº 95, de 24 de outubro de 2023, quanto a transferência dos recursos financeiros ao Tesouro do Estado, até o dia 28 fevereiro de 2025, conforme estabelecido no art. 24 deste Decreto.”

Assim, como medida de orientação normativa, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT, por meio da Superintendência de Normas Técnicas - SUNOT, editou a [Orientação Técnica SUNOT/SUBCONT Nº 007/2023 - Emenda Constitucional Estadual nº 95, de 24 de outubro de 2023: Reversão do Superávit de Fundos, Autarquias e Fundações](#), objetivando operacionalizar os registros contábeis, bem como dar transparência à destinação dos recursos desvinculados por força constitucional para o Tesouro do Estado do Rio de Janeiro. Com vistas a auxiliar os procedimentos para a transferência dos recursos, consta dos autos planilha contendo os valores, por fonte de recursos, do superávit financeiro apurado, dos créditos adicionais abertos em 2025 e o saldo que deverá ser transferido para o Tesouro do Estado.

Desse modo, solicitamos a adoção das providências necessárias ao cumprimento do mandamento constitucional, **com a urgência que o caso requer**, de forma a não ocorrer o bloqueio da execução orçamentária nas Entidades alcançadas pela norma constitucional.

Atenciosamente,

Yasmim da Costa Monteiro

Subsecretária de Contabilidade Geral do Estado

ID Funcional: 4461243-5



Documento assinado eletronicamente por **Yasmim da Costa Monteiro, Subsecretária**, em 17/02/2025, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **93565233** e o código CRC **EB9BBCBF**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-040004/000024/2025

SEI nº 93565233

Av. Presidente Vargas, nº 670, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-001

Telefone: - www.fazenda.rj.gov.br